



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESA ME/EPP

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA QUE RESGATOU O EDITAL	
CNPJ:	
E-MAIL:	
CIDADE:	
ESTADO:	
TELEFONE:	
FAX:	
CELULAR:	
PESSOA PARA CONTATO:	
RETIRAMOS CÓPIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO ACIMA IDENTIFICADA, ATRAVÉS DA SOLICITAÇÃO REALIZADA AO E-MAIL licitacao@crose.org.br, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (CONCURSO PÚBLICO) DO CRO/SE - CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE.	
CIDADE/UF: _____, _____ DE _____ DE 2016	
_____ ASSINATURA	

SENHOR(A) LICITANTE,

Visando uma comunicação futura entre o CRO/SE e as empresas licitantes, solicito aos interessados o preenchimento do RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL, remetendo-o à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES por e-mail licitacao@crose.org.br. O encaminhamento deste recibo, antes da abertura da sessão, garante a empresa interessada comunicação futura, em caso de alteração de datas ou no conteúdo do Edital.

Informo que a comunicação de eventuais retificações no Instrumento Convocatório, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, será repassada a todos os licitantes que nos remeteram o presente Recibo, ressaltando também que a não remessa exime o(a) PREGOEIRO(A) de qualquer responsabilidade acima mencionadas.

ARACAJU/SE, 13 de JUNHO de 2016

LOURDES BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
Pregoeira



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESA ME/EPP

PREÂMBULO:

O CRO/SE – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE, através de seu Pregoeiro, regularmente designado pela **PORTARIA CRO-SE N° 03, DE 30.03.2015**, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (CONCURSO PÚBLICO) DO CRO/SE – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE.**

A licitação será regida pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto n° 6.204, de 5 de setembro de 2007, a Lei Federal n°. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, subsidiariamente, pela Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES (1 E 2) PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	
DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	06.07.2016
HORÁRIO:	14 HORAS E 30 MINUTOS (HORÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE)
LOCAL DA LICITAÇÃO:	SALA DE REUNIÕES DO CRO/SE, LOCALIZADO NA RUA VILA CRISTINA, 589, BAIRRO SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE , OU NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, NA HIPÓTESE DE NÃO HAVER EXPEDIENTE NAQUELA DATA, OCASIÃO EM QUE SE

2



DARÁ INÍCIO AO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES E
AOS DEMAIS PROCEDIMENTOS PERTINENTES.

1.0 - DO OBJETO

1.1. O CRO/SE – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE propõe-se a realizar **a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (CONCURSO PÚBLICO) DO CRO/SE – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE**, conforme as condições e especificações fixadas no Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.

1.2. Havendo divergências entre a descrição do objeto (item, lote, etc.) constante deste edital e a descrição constante na proposta, prevalecerá, sempre, a descrição constante neste edital.

2.0 - DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro responsável por esta licitação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio:

a) eletrônico via internet, no e-mail: **licitacao@crose.org.br**

OU

b) **Documento a ser protocolado no SETOR DE LICITAÇÕES/CRO-SE, situado na RUA VILA CRISTINA, 589, BAIRRO SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE**

2.2. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação será divulgado mediante publicação de notas na página web, no endereço **WWW.CROSE.ORG.BR**, ficando os licitantes interessados obrigados a acessá-la para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

3.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



3.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa do CRO/SE, conforme detalhamento abaixo:

VERBA
6.2.2.1.1.01.04.04.004.099

4.0 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências fixadas neste Edital e seus anexos.

4.2. Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

4.2.1. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária e/ou de impedido de contratar com o CRO/SE, CFO – CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA e DEMAIS CONSELHOS REGIONAIS LIGADOS AO CFO, durante o prazo da sanção aplicada.

4.2.2. Estejam declaradas inidôneas em qualquer esfera da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

4.2.3. Estejam sob falência, concordata recuperação judicial e extrajudicial de empresa, dissolução ou liquidação.

4.2.4. Estejam constituídos sob a forma de consórcio.

4.2.5. Servidores, dirigentes ou responsáveis pelo CRO/SE.

5.0 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, antes do início da sessão pública para recebimento das propostas e documentos de habilitação, o Pregoeiro credenciará os interessados ou seus representantes legais.



5.2. Para credenciarem-se os interessados ou seus representantes legais apresentarão ao Pregoeiro:

5.2.1. Documento oficial de identificação, com foto **(APRESENTAR ORIGINAL e FOTOCÓPIA)**.

5.2.2. Comprovação da existência dos poderes necessários para formulação de propostas e prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.3. A existência dos poderes referidos no subitem 5.2.2 será verificada mediante apresentação de documentos (ato constitutivo, estatuto, contrato social, ata da eleição de diretoria, dentre outros) que demonstrem o enquadramento do interessado na condição de proprietário, sócio, diretor ou administrador da empresa, podendo praticar atos em nome do licitante. **DEVERÁ APRESENTAR ORIGINAL e FOTOCÓPIA ou FOTOCÓPIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO.**

5.4. Caso o licitante se faça representar por procurador ou mandatário, a existência dos poderes referidos no subitem 5.3 será verificada através de procuração **(Anexo V – Modelo)**, outorgando-lhe poderes para a prática de atos em nome do interessado:

5.4.1. A procuração concedida mediante instrumento particular deverá estar acompanhada dos documentos referidos no subitem 5.3, permitindo a verificação da existência dos poderes do outorgante.

5.4.2. Será dispensada a exigência contida no subitem 5.4.1 para procurações concedidas mediante instrumento público.

5.5. É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

5.6. Se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

5.7. No momento do credenciamento, deverão ser entregues ao Pregoeiro os seguintes documentos FORA DOS ENVELOPES:

5.7.1. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, **(Anexo VI - Modelo)**.



5.7.2. Quando da participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, para utilizar a prerrogativa estabelecida na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6.204/07, deverá apresentar DECLARAÇÃO de que ostenta essa condição e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º, do art. 3º da referida Lei (**Anexo III – Modelo**).

5.7.2.1. A declaração de que trata o subitem anterior, poderá ser substituída pela certidão expedida pela Junta Comercial.

5.7.3. Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial, conforme Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC, publicada no DOU, de 22.05.2007, ou DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO VALIDADA PELA JUNTA COMERCIAL, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que tenha intenção de comprovar seu enquadramento em um dos dois regimes ou utilizar e se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

5.7.3.1. A apresentação da certidão/declaração referida no item anterior deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.3.2. A certidão/declaração deverá ter sido emitida neste exercício, ou seja, em 2016, sob pena de não aceitabilidade.

OBSERVAÇÃO – A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão/Declaração da Junta Comercial.

5.8. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados em separado das propostas e documentos de habilitação.

5.9. Ficará impedido de formular lances e praticar atos inerentes ao certame o licitante cujo credenciamento seja indeferido pela falta de apresentação de quaisquer dos documentos exigidos para essa finalidade.



5.10. Os licitantes cujo credenciamento seja indeferido, bem como os que optarem pelo envio das propostas pelo Correio ou por terceiro não credenciado, desde que os envelopes de Preço e Habilitação sejam entregues simultaneamente, junto à Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, previstas neste Edital, participarão da disputa com o preço indicado no envelope de proposta.

5.11. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou conferido por servidor desta Comissão, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade.

5.12. A não apresentação ou incorreção de qualquer documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento do licitante ou de seu representante legal à sessão, inviabilizará a participação do (s) licitante(s) no certame. Neste caso, o (s) portador (es) dos envelopes poderá(ão) assistir apenas como ouvinte(s), não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação em ata ou mesmo de se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos, ressaltando que quando a documentação de credenciamento estiver, por lapso, dentro de quaisquer dos envelopes (1 ou 2), o respectivo envelope será entregue ao licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, com o intuito de ampliar a disputa.

5.13. Recomenda-se que todos os representantes dos licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito ao recurso.

6.0 - DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na data, hora e local constantes do preâmbulo deste Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e documentos de habilitação.

6.2. Até o término do credenciamento será permitido o ingresso de novos proponentes uma vez que a sessão ainda não terá se iniciado.



6.3. O Pregoeiro prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame aos interessados ou seus representados.

6.4. Encerrado o credenciamento, o Pregoeiro declarará aberta a sessão.

6.5. Não se admitirá, sob nenhuma hipótese, o ingresso de novos licitantes na disputa após a abertura da sessão.

6.6. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação **(Anexo VI - Modelo)**:

6.6.1. As empresas que optarem pelo envio dos envelopes, conforme previsto no item 5.10 deste Edital, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em separado da documentação e da proposta, sob pena de ficarem impedidas de participar do certame.

6.6.2. A falta de apresentação da declaração referida neste subitem poderá ser suprida pela manifestação do interessado ou seu representante, devidamente credenciado, que será registrada na ata da sessão pública.

6.6.3. Se a licitante não tiver trazido a declaração citada no subitem 6.6, o Pregoeiro autorizará que a mesma seja feita na própria sessão, ou se ainda, a referida declaração estiver dentro de um dos envelopes da proposta de preços e/ou dos documentos de habilitação, poderá, o Pregoeiro, na presença de todas as licitantes, solicitar que a mesma abra os respectivos, retire-a e o lacre novamente.

6.7. Em seguida, serão recebidos os envelopes lacrados, contendo em separado a Proposta de Preços (ENVELOPE N° 1) e a documentação de habilitação (ENVELOPE N° 2), definidos neste Edital.

6.8. Os envelopes deverão conter na parte externa a identificação do proponente, o número deste Pregão e a indicação de seu conteúdo: "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", contendo em seu exterior as seguintes informações:



AO

CRO/SE – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE

PREGÃO PRESENCIAL – Nº **02/2016**

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA LICITANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO
COMPLETO, TELEFONE, FAX, CELULAR, E-MAIL.

AO

CRO/SE – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE

PREGÃO PRESENCIAL – Nº **02/2016**

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

DADOS DA EMPRESA LICITANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO
COMPLETO, TELEFONE, FAX, CELULAR, E-MAIL.

6.9. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto ao seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo, não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

6.10. Aberto os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no item **7** deste instrumento convocatório, desclassificando-se motivadamente as incompatíveis.

6.11. O recebimento dos envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o CRO/SE, observadas as prescrições da legislação específica.

7.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01)



7.1. As Propostas serão apresentadas preferencialmente em papel timbrado da empresa (ou em outro que a identifique), no Envelope nº 01, contendo uma via, datilografadas ou impressas por qualquer meio eletrônico, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e rubricada em todas as folhas, assinada na última folha pelo representante legal da empresa ou por seu preposto, legalmente estabelecido, e conterão:

7.1.1. Descrição dos SERVIÇOS a ser fornecido em conformidade com as especificações constantes da relação disposta no Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.

7.1.2. Preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, escritos em algarismos, com até duas casas decimais após a vírgula, já inclusos todos os tributos, tarifas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao objeto licitado.

7.1.3. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contado a partir da data indicada no Preâmbulo deste Edital.

7.1.3.1. Em caso de propostas omissas, será considerado para efeito de julgamento o prazo previsto neste instrumento.

7.2. Não será aceita oferta de SERVIÇO com características diferentes das indicadas no Anexo I – Termo de Referência, deste edital.

7.3. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

7.4. A falta de assinatura e/ou rubrica na proposta poderá ser suprida pelo representante legal do licitante no curso da sessão.

7.5. Havendo divergência entre os valores grafados numericamente e os grafados por extenso, serão considerados válidos os valores por extenso.

7.6. Os preços apresentados devem refletir os de mercado no momento.

7.7. No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pelo licitante, prevalecerá este último, e entre o valor unitário e o global, se for o caso, prevalecerá o valor unitário.



7.8. Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de valores, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas.

7.9. A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos necessários a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, objeto do certame.

7.10. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

7.11. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.12. A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE UTILIZAR O MODELO DE PROPOSTA CONSTANTE NO ANEXO - VII DESTE EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

7.13 - A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ OFERTAR PREÇO COM DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA. EXEMPLOS:

VALOR R\$	JULGAMENTO
0,10 (DEZ CENTAVOS)	FORMA CORRETA
1,23 (UM REAL E VINTE E TRÊS CENTAVOS)	FORMA CORRETA
0,183	FORMA INCORRETA. SERÁ DESCLASSIFICADO NO ITEM
1,234	FORMA INCORRETA. SERÁ DESCLASSIFICADO NO ITEM

7.14 - ATENÇÃO: O CRITÉRIO DE JULGAMENTO É MENOR PREÇO GLOBAL, NO ENTANTO, AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO ATENTAR PARA OS PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS. CASO ALGUMA EMPRESA VENHA A OFERTAR PREÇO SUPERIOR EM QUALQUER ITEM, SEJA ELE UNITÁRIO OU TOTAL, TODA PROPOSTA SERÁ DESCLASSIFICADA.



8.0 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

8.1. O Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no item 7, deste Edital, desclassificando as incompatíveis.

8.2. Também serão desclassificadas as propostas que:

8.2.1. Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus Anexos, ou que forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento, bem como, as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outros licitantes.

8.2.2. Ofertarem propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados, aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentação, que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, e que os coeficientes de produtividade, são compatíveis com a entrega e execução do objeto desta licitação.

8.2.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

8.2.3.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

8.2.3.2. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.2.4. Consignarem preços simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero.

8.2.5. Não atendam as condições e especificações contidas neste Edital e seus anexos.

8.2.6. Contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.



9.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local, designados neste instrumento, na presença dos interessados ou seus representantes legais, o Pregoeiro receberá os documentos de credenciamento, a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, e os envelopes contendo as proposta de preços (envelope 1) e os documentos de habilitação (envelope 2).

9.1.1. Em seguida, dar-se-á início a abertura dos envelopes de propostas comerciais para classificação.

9.1.2. Declarada aberta a sessão pública, não serão credenciados novos licitantes.

9.2. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

9.2.1. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **Menor Preço GLOBAL**, observados os prazos máximos para aquisição, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e as demais condições definidas no Edital.

9.2.2. Após abertas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, observando o disposto do item 7, deste Edital.

9.2.3. Serão qualificados pelo Pregoeiro, no curso da sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e o das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer lances verbais, sucessivos, de valores distintos e decrescentes, até a proclamação do vencedor.

9.2.4. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, os autores das melhores propostas poderão, até o máximo de 3 (três), oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.3. LANCES VERBAIS:



9.3.1. O Pregoeiro convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.3.2. Não poderão ser oferecidos lances intermediários, na hipótese do ofertante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço;

9.3.3. O Pregoeiro poderá acordado com os licitantes participantes da etapa de lances, a fixação de valor ou percentual mínimo entre os mesmos e tempo máximo para sua formulação.

9.3.4. No caso de empate entre duas ou mais propostas e, não havendo lances, o desempate far-se-á por sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

9.3.5. Havendo participação de microempresa e empresas de pequeno porte, o sorteio far-se-á depois de adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006.

9.3.6. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.3.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.3.8. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente preço para torná-la mais vantajosa para a Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em Ata.

9.3.9. Não serão aceitos lances verbais com preços simbólicos ou de valor zero.

9.3.10. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.



9.3.11. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade, quanto ao objeto e valor.

9.3.12. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, todos os licitantes classificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.3.13. Manifestado o desinteresse, não serão admitidos novos lances, salvo nas hipóteses previstas no item 9.4, deste Edital.

9.3.14. Encerrada a etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas pelo critério de menor valor **GLOBAL**.

9.4. Das Amostras **(NÃO HAVERÁ AMOSTRA)**.

9.5. O Pregoeiro observará na classificação final das empresas se há lance de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que estejam dentro do percentual estabelecido no art. 44 § 2º, da LC nº123/2006 (até 5% superior ao menor lance registrado), situação considerada como empate com a primeira classificada.

9.5.1. Verificado o empate, o Pregoeiro adotará os procedimentos previstos no art. 45 da LC nº 123/2006, concedendo oportunidade para que a ME ou a EPP melhor classificada formule lance de valor inferior ao menor lance registrado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances.

9.5.2. Havendo recusa ao exercício do direito de preferência pela microempresa (ME), ou empresa de pequeno porte (EPP), melhor classificada ou não ocorrendo a sua contratação, o Pregoeiro convocará as microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) remanescentes, dentro do percentual citado no subitem 9.5 acima, para exercer a mesma faculdade.

9.5.3. No caso de equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas (ME), ou empresas de pequeno porte (EPP), que se encontrem no intervalo definido neste item, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



9.5.4. A falta de apresentação da declaração referida no subitem anterior poderá ser suprida pela manifestação do interessado ou seu representante, devidamente credenciado, que será registrada na ata da sessão pública.

9.5.5. O disposto neste item não se aplicará quando a oferta classificada em primeiro lugar após a fase de lances tiver sido apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

9.6. Em havendo apenas uma proposta escrita e desde que a mesma atenda a todas as condições do Edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar para que seja obtido preço melhor.

9.7. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Edital, apresente o menor valor **GLOBAL**.

9.8. Sendo aceitável a oferta e aprovação das amostras, conforme prevê o subitem 9.4 acima, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no item 10 deste edital.

9.9. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte com restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, com termo inicial no momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9.1. Na composição de preços unitários, o licitante deverá ofertar preço praticado no mercado.

9.10. Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação.



9.11. Ocorrendo alteração do valor global da proposta escrita, o licitante declarado vencedor deverá reapresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após, encerrada a sessão pública, proposta de preços com os valores readequados, no Setor de Licitação do **CRO/SE** ou protocolizada no setor de Protocolo deste CONSELHO DE CLASSE, no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, ou ainda via e-mail (**LICITACAO@CROSE.ORG.BR**), a via escrita de sua respectiva proposta definitiva de preços (Proposta Reformulada), devidamente assinada pelo representante legal.

9.11.1. Para fins de readequação dos valores da proposta comercial, encerrada a fase de lances, o licitante declarado vencedor deverá aplicar desconto linear nos preços unitários da proposta inicial, calculando a partir da diferença entre o valor global da proposta vencedora e o valor global da respectiva proposta inicial, dividida pelo valor global inicial.

9.12. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o da licitação.

9.13. Nas situações previstas nos subitens 9.3.10, 9.3.14 e 9.12, deste item, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.14. Caso todas as propostas escritas sejam desclassificadas quando do confronto com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas ofertas corrigidas as causas que motivaram a desclassificação, admitindo-se, nesta hipótese, a cotação de preços distintos dos inicialmente ofertados.

9.15. O procedimento do subitem anterior poderá ser adotado também no caso de inabilitação de todas os licitantes, hipótese em que a nova documentação deverá ser apresentada ao Pregoeiro no prazo 8 (oito) dias úteis, contado da data da lavratura da respectiva Ata.

9.16. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes dos demais licitantes contendo os “Documentos de Habilitação”, durante prazo de validade das propostas (60 dias a contar da apresentação no certame).



Após, as empresas poderão retirá-los no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização dos mesmos. Os licitantes que não se habilitarem para ofertar lances verbais poderão, ao encerramento da sessão, desde que não haja manifestação de interposição de recurso administrativo, retirar seus respectivos envelopes.

9.17. Da Sessão lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelos proponentes presentes.

10.0 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação constante do envelope de habilitação do licitante detentor da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital.

10.1.1. Para a habilitação, as empresas interessadas deverão apresentar os documentos relacionados a seguir:

10.2. Documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.2. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores.

10.2.2.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

10.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou



autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. Documentos referentes à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda.

10.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte ESTADUAL e/ou MUNICIPAL, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.3.3. Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas: Federal (através de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, da sede do licitante ou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União); Fazenda Estadual e FAZENDA MUNICIPAL.

10.3.3.1 - A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional para quaisquer fins é efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros.

10.3.4. Prova de regularidade relativa ao INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a” da Lei Federal nº 8.212/91.



10.3.4.1 - A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional para quaisquer fins é efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros.

10.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal - CEF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

10.3.6. Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em cumprimento do disposto no art. 3º da Lei nº. 12.440, de 7 de julho de 2011.

10.4. Documentos referentes à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

10.4.1. Certidão Negativa de Falência, concordata, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.5. Documentos referentes à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- A) NO MÍNIMO 1 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EXPEDIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, INERENTE AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, COMPROVANDO A EXPERIÊNCIA EM PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS (CONCURSO PÚBLICO), ESPECIALMENTE EM APLICAÇÃO DE PROVA ESCRITA (OBJETIVA).**



A1) O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ TER REGISTRO NO CRA – CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMPROVANDO QUE A EMPRESA LICITANTE JÁ PLANEJOU, ORGANIZOU E REALIZOU PROCESSOS SELETIVOS, DEVENDO O ATESTADO INDICAR A ENTIDADE CONTRATANTE, OS CARGO/FUNÇÕES COM AS VAGAS E O QUANTITATIVO DE INSCRITOS, AS AVALIAÇÕES DE CONHECIMENTO (PROVAS OBJETIVAS).

B) REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA LICITANTE NO CRA – CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.6. DECLARAÇÃO DO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CF

10.6.1. Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (**Anexo II – Modelo**).

10.6.1.1. A omissão dessa declaração na habilitação poderá ser suprida por idêntica declaração de sócio proprietário ou procurador, se presentes, devidamente identificados e com poderes para tal, firmada na ata desta fase.

10.7. As certidões, que não constem prazo de validade, serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

10.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.10. Será admitida a comprovação de regularidade através da Internet, por meio de consulta aos sítios oficiais durante a sessão, para verificação da autenticidade, inclusive, para suprir data vencida em algum documento. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação da habilitação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não



sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

10.11. Para efeitos de habilitação, a validade de qualquer documento será aferida com relação à data de sua apresentação ao Pregoeiro.

10.12. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

10.13. As ME e EPP, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME e EPP, será assegurado o prazo de **5 (CINCO)** dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.13.2. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sem prejuízos das sanções cabíveis.

10.14. Se a oferta da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação do licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

10.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Pregão.



10.16. Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuado por Tradutor Juramentado.

10.17. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicada em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro ou equipe de apoio, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

10.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogação a licitação.

11.0 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. No prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este instrumento convocatório, cuja petição deverá ser dirigida ao Pregoeiro, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

11.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.1.2. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame.

11.2. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e legislação vigente.

11.3. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório,



incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93, da Lei 8.666/93.

11.4. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como tal, recebendo o tratamento como mera informação.

11.5. As impugnações deverão ser dirigidas ao Pregoeiro responsável por esta licitação, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, E-MAIL, telefone, fax e celular para contato), mediante registro junto ao Setor de LICITAÇÕES do CRO/SE.

12.0 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do presente certame ao licitante declarado vencedor.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao licitante vencedor, pelo Pregoeiro, ou quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

13.2. O(s) recurso(s), que não terá(ão) efeito suspensivo, será(ão) dirigido(s) à autoridade superior, PRESIDENTE DO CRO/SE, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.3. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.



13.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o resultado da licitação, e autorizará a contratação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores.

13.6. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.7. A falta de manifestação imediata e motivada do(s) licitante(s) na sessão importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.8. Os memoriais dos recursos e as contrarrazões deverão ser dirigidos ao Pregoeiro responsável por esta licitação, mediante registro no Setor de Protocolo do CRO/SE.

13.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulários próprios, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, enviados por fax, bem como os que não contiverem identificação do responsável legal ou preposto da empresa.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação do CRO/SE, nos dias úteis, no horário das 8 às 13 HORAS (horário local).

14.0 - DA CONTRATAÇÃO/RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

14.1. O Contrato, decorrente desta licitação, bem assim, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

14.2. Encerrado o procedimento licitatório, o contratado será notificado pelo CRO/SE para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, comparecer nesse ÓRGÃO para assinar o Contrato.



14.2.1 O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CRO/SE.

14.2.2. O mesmo prazo referido no item 14.2 será dado quando da assinatura do Contrato e/ou documento equivalente ou retirada da Nota de Empenho correspondente aos serviços a serem executados, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. É facultado à Administração, caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do Contrato ou documento equivalente, convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, observando, para tanto, todos os requisitos do Edital, para fazê-lo, em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com os incisos XVI e XVII, da Lei nº 10.520/02.

14.4. Caso os prazos de que tratam as condições imediatamente anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados com aceitos.

14.5. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da data da apresentação da proposta, sem que haja convocação para a contratação, ficam os licitantes desobrigados dos compromissos assumidos.

15.0 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do Contrato, decorrente desta licitação, será **DE 4 MESES) CONTÍNUOS**, contados a partir da data de sua assinatura.

16.0 – DOS REAJUSTES

16.1. Os preços fixados não poderão receber reajustes em periodicidade inferior a 12 (doze) meses.

19.2. O reajuste será aplicado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



16.3. Caso a legislação altere o prazo de reajuste ou o índice definido no item anterior, será adotado o que for definido pelo Governo Federal

17.0 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As obrigações das partes (contratante e contratada) estão detalhadas neste edital, seus anexos, principalmente nos ANEXOS – I e IV **(MINUTA DE CONTRATO)**.

18.0 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. O CRO/SE poderá realizar acréscimos e/ou supressões, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do ARTIGO 65, §§ 1 e 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, com a apresentação das devidas justificativas.

18.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

19.0 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 Pela prestação dos serviços ora ajustados, a CONTRATADA reterá os valores arrecadados com as inscrições (taxas) dos candidatos no Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO). O CRO/SE não terá obrigação de pagar qualquer quantia à empresa contratada, independente do quantitativo de inscritos para o Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO).

19.6 - DAS OBRIGAÇÕES DO CRO/SE E DO LICITANTE VENCEDOR:

19.6.1. Os direitos e obrigações do CRO/SE e do licitante vencedor são as constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital e na MINUTA DO CONTRATO que faz parte desse edital.

20.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo



de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais, o licitante que:

20.1.1. Negar-se a receber ou não retirar a Nota de Empenho.

20.1.2. Não assinar o CONTRATO, quando convocado no prazo de validade de sua proposta.

20.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida no edital.

20.1.4. Apresentar documentação falsa.

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.

20.1.6. Falhar ou fraldar na execução do contrato.

20.1.7. Não mantiver a proposta.

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

20.1.9. Fizer declaração falsa.

20.1.10. Cometer fraude fiscal.

20.2. Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar ao Contratado as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato:

20.2.1. Advertência.

20.3. As sanções previstas neste edital somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

20.4. Aplicam-se nos casos omissos as normas da Lei nº. 10.520/02 e da Lei 8.666/93, com alterações posteriores.

21.0 – DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

21.1. O CRO/SE poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente



comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

21.0 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa desse processo licitatório correrá por conta da seguinte classificação orçamentária:

VERBA
6.2.2.1.1.01.04.04.004.099

22.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital, bem como das normas administrativas vigentes.

22.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, no interesse da Administração:

- a) em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.
- c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.



22.4. O licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

22.5. É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

22.6. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame da data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados.

22.7. O Pregoeiro não responde por extravio ou atraso causados pela entrega de documentos em locais e horários diversos dos indicados neste Edital.

21.8. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o Pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.

22.9. As responsabilidades assumidas diretamente pelo licitante vencedor, não poderão ser transferidas a outrem, no todo ou em parte, subempreitado, cedido ou sublocado, sem a prévia e expressa anuência do CRO/SE.

22.10. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente Edital e submissão às normas nele contidas.

22.11. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

22.12. O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.



22.13. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo CRO/SE, nos casos de força maior, que deverão ser devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa o licitante vencedor.

22.14. Os autos do respectivo processo administrativo que originou este Edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

22.15. Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na homepage do CRO/SE - <http://www.crose.org.br>, ficando os licitantes obrigados a acessá-las para ciência.

22.16. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.17. Informações adicionais poderão ser prestadas pelo Pregoeiro na sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, através dos telefones **(79) 3214-3404** ou fone/fax (79) **3211-7212**, nos horários de funcionamento do Órgão de segunda a sexta-feira das 8h00 às 13h00 (horário local) ou através do e-mail licitacao@crose.org.br.

22.18 - APÓS ENTREGA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO NÃO SERÁ ADMITIDO QUALQUER PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE PROPOSTA. ESSE PROCEDIMENTO DEMONSTRA LISURA E AFASTA QUALQUER TIPO DE PROCEDIMENTO QUE VENHA A MARGEAR CONLUIO ENTRE EMPRESAS E JOGO DE PLANILHAS, ALGO BASTANTE COMBATIDO PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, COMO, TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, TCE/SE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE SERGIPE, MINISTÉRIOS PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAL E OUTROS. ENTÃO, ANTES DE APRESENTAR SEUS ENVELOPES A COMISSÃO DE LICITAÇÃO É DE EXCLUSIVIDADE DA EMPRESA INTERESSADA EM PARTICIPAR DESSA LICITAÇÃO REALIZAR AS DEVIDAS ANÁLISES E REVISÕES EM SUAS PROPOSTAS.

22.19 - POR FORÇA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014 ESSA LICITAÇÃO É DESTINADA EXCLUSIVAMENTE AS EMPRESAS - ME/EPP.



22.19.1 - RESSALTE-SE QUE O ARTIGO 48 DA ALUDIDA LEI COMPLEMENTAR APRESENTA A SEGUINTE REDAÇÃO:

ART. 48. PARA O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 47 DESTA LEI COMPLEMENTAR, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

I - DEVERÁ REALIZAR PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE **NOS ITENS DE CONTRATAÇÃO CUJO VALOR SEJA DE ATÉ R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS);**

23.0 - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Comarca de ARACAJU/SE para dirimir as questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, com expressa renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

ARACAJU/SE, 13 DE JUNHO DE 2016.

LOURDES BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA

Pregoeira

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 02/2016

1) OBJETO:

Contratação de **pessoa jurídica especializada para a organização, elaboração e execução de Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO) do CRO/SE - CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE**, conforme detalhamento exposto a seguir.

32



2) SÍNTESE DOS SERVIÇOS:

- a. Elaboração do cronograma geral;
- b. Elaboração de conteúdo programático das provas escritas para todos os cargos;
- c. Elaboração dos Editais para abertura das inscrições
- d. Fornecimento de ambiente para inscrições via *Internet*;
- e. Disponibilização dos Editais em *site* na *Internet da empresa contratada com link para o site do CRO/SE*;
- f. Divulgação do Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO) em comunicação com a imprensa local e outros meios, sendo no mínimo em 1 (um) jornal impresso;
- g. Elaboração de Editais necessários para publicações divulgando o Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO), provas, notas e resultado final;
- h. Elaboração do Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO) em concordância com PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIO do CRO/SE;
- i. Elaboração, confecção, reprodução, aplicação e correção de provas objetivas, etapa de caráter eliminatório, com questões inéditas, banca de professores com acordo de confidencialidade e especialização por área de atuação;
- j. Aplicar as etapas do Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO), em todas as fases, na cidade de Aracaju, capital sergipana, em local previamente determinado pela empresa organizadora do Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO);
- k. Divulgação do gabarito referente à prova objetiva na *Internet*, para acesso dos candidatos/interessados;
- l. Divulgação dos resultados de cada uma das etapas do Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO) na *Internet*, para acesso dos candidatos/interessados;
- m. Elaboração de edital divulgando o resultado parcial da seleção, com nome, número da inscrição e nota da primeira etapa (Prova Objetiva) do Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO), devendo ser observada a nota mínima de 50% da prova, sendo automaticamente desclassificado o candidato que não atingir a pontuação. Neste Edital deve constar também o nome de todos os não aprovados e daqueles que não comparecerem ao exame;
- n. Elaboração de edital divulgando o resultado final da seleção, devendo constar a área, nome, número de inscrição e classificação



- por ordem crescente, bem como o nome daqueles que não apresentaram os títulos, no caso do cargo exigir (somente para nível superior);
- o. Resposta de eventuais recursos interpostos pelos candidatos/interessados a todas as etapas do Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO), com suporte jurídico;
 - p. Elaboração do relatório final, contendo todos os atos da seleção, bem como exemplares de publicações a ele afetas, para homologação da Presidência do CRO/SE.
 - q. Realizar todo o processo seletivo (CONCURSO PÚBLICO) **no prazo máximo e improrrogável de 120 (CENTO E VINTE) dias corridos.**

3) INSCRIÇÕES:

- a) A Empresa contratada será responsável pela efetivação das inscrições do processo seletivo (CONCURSO PÚBLICO), que serão realizadas via internet;
- b) O sistema de inscrição deverá ser elaborado a partir das informações e decisões expedidas pelo CRO/SE;
- c) A empresa contratada será responsável pela elaboração e disponibilização de recursos necessários para acessos a internet.

4) CADASTRAMENTO DE CANDIDADOS:

- a) Caberá à empresa contratada processar o cadastro geral dos candidatos inscritos;
- b) A partir dessas informações serão elaboradas as listas de candidatos em ordem alfabética, por local de aplicação de provas, contendo os seguintes dados:
 - NÚMERO DE INSCRIÇÃO;
 - NOME DO CANDIDATO;
 - NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE;
 - CARGO/FUNÇÃO;
 - HORÁRIO E LOCAL ONDE FARÁ AS PROVAS (NOME DO COLÉGIO, ENDEREÇO COMPLETO E NÚMERO DA SALA).



- c) A Empresa contratada será responsável pela efetivação das inscrições do processo seletivo (CONCURSO PÚBLICO), que serão realizadas via internet;

5) INFORMAÇÕES AO CANDIDATO INSCRITO:

- a) Após cadastramento, a empresa CONTRATADA divulgará através de um sítio a ser divulgado pela mesma, informações contendo número de inscrição e cargo/função, bem como local, data e horário da realização das provas e demais informações necessárias.

6) PROCESSO SELETIVO:

- a) O Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO) será constituído de provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os programas descritos no edital para as funções docentes e administrativas;
- b) As provas terão por objetivo avaliar conhecimento e domínio de conteúdo, capacidade de raciocínio, compreensão, análise e síntese; clareza na expressão; emprego de linguagem correta e adequada; capacidade de contextualização;
- c) Caberá a empresa contratada a contratação de profissionais para participarem das bancas especializadas para a elaboração das questões das provas;

7) CADERNOS DE QUESTÕES:

- a) Caberá a empresa contratada o preparo dos cadernos de questões, em quantidade suficiente à aplicação das provas;
- b) Esse preparo consistirá na montagem dos originais, impressão, conferência, contagem, empacotamento para cada sala de aplicação e vedação das embalagens;
- c) Os cadernos de provas ficarão guardados em cofre especial da empresa contratada, que se incumbirá do transporte dos mesmos para os locais de aplicação das provas.

8) FOLHAS DE RESPOSTAS ÓPTICAS:



- a) As respostas às questões das provas escritas objetiva serão assinaladas pelos candidatos em folhas de respostas ópticas, personalizadas e específicas ao processo de leitura óptica.

9) PREPARAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE PROVAS:

- a) Coordenadores de prédios, fiscais de sala e serventes;
- b) Pagamento aos recursos humanos envolvidos na aplicação das provas;
- c) Manual do coordenador e do fiscal contendo orientações básicas sobre o processo de aplicação das provas;
- d) Crachás para identificação das equipes de trabalho;
- e) Material para sinalização dos prédios e formulários para aplicação das provas, em quantidade necessária para atender aos candidatos;
- f) Transporte das provas e do material de aplicação para os locais de exame;

10) APLICAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Todo processo de aplicação de provas, transporte e guarda do material será da responsabilidade da empresa contratada;
- b) Os coordenadores de prédios serão capacitados pela contratada quanto ao processo de aplicação;
- c) Os fiscais serão treinados em reunião específica com os coordenadores de cada prédio, recebendo, cada fiscal, um manual com todas as instruções sobre o processo de aplicação das provas;

11) AVALIAÇÃO DAS PROVAS:



- a) As informações contidas nas folhas de respostas preenchidas pelos candidatos serão transferidas diretamente a computadores, por meio de leitura óptica e posteriormente processadas;
- b) Os critérios de avaliação e desempate deverão ser definidos no edital do processo seletivo (CONCURSO PÚBLICO) a ser elaborado pela empresa contratada;

12) RESULTADO:

- a) A empresa contratada deverá fornecer ao CRO/SE as listagens de resultados do processo seletivo (CONCURSO PÚBLICO), conforme discriminação a seguir:
 - a.1) LISTA DE HABILITADOS: Candidatos habilitados, por cargo/função, em ordem alfabética e em ordem de classificação;
 - a.2) LISTA DE ESCORES E NOTAS: Candidatos em ordem alfabética, com os resultados obtidos nas provas, total de pontos e classificação por cargo/função;
 - a.3) LISTA COM ENDEREÇO: Candidatos classificados em ordem alfabética, por cargo/função;
 - a.4) ESTATÍSTICA: Candidatos escritos, presentes, ausentes, classificados e inabilitados.
- b) A Empresa contratada será responsável pela efetivação das inscrições do processo seletivo (CONCURSO PÚBLICO), que serão realizadas via internet;

13) VALOR PARA CONTRATAÇÃO R\$:

A	B	C	D	E
ITEM	CARGO	QUANTIDADE QUE CONSTARÁ NO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO	ESCOLARIDADE	VALOR MÁXIMO DA TAXA DE INSCRIÇÃO - R\$
T1	ASSESSOR JURÍDICO	01	SUPERIOR	66,17
T2	ANALISTA CONTÁBIL	01	SUPERIOR	62,83



T3	ASSISTENTE TÉCNICO- ADMINISTRATIVO	01	NÍVEL MÉDIO	49,00
T4	ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO	01	NÍVEL MÉDIO	49,00
TOTAL GERAL (T1 + T2 + T3 + T4) R\$				227,00
ATENÇÃO: NOS VALORES OFERTADOS DEVERÃO ESTÁ INCLUSO TODOS OS CUSTOS, IMPOSTOS, TAXAS, ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, TAXA DE EXPEDIÇÃO DE BOLETO BANCÁRIOS E TUDO MAIS QUE ESTIVER RELACIONADO AO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO – I).				

14) PAGAMENTO A EMPRESA CONTRATADA:

Pela prestação dos serviços que serão contratados, a CONTRATADA reterá os valores arrecadados com as inscrições (taxas) dos candidatos no Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO).

O CRO/SE (contratante) **não** terá obrigação de pagar qualquer quantia à empresa contratada, independente do quantitativo de inscritos para o Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO).

**15) REGIME DE CONTRATAÇÃO DOS FUTUROS FUNCIONÁRIOS
CONCURSADOS:**

A Admissão dos futuros funcionários concursados será através do regime de CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS.

ANEXO II

(Modelo de Declaração que não emprega menor)

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____(Razão Social da empresa) _____,
inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr.(a.) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ (órgão
emissor e unidade da federação) _____ e do CPF nº. _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da
Constituição Federal de 1988, c/c com o art. 27, inciso V, da Lei nº



8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

(___) não emprega menor de dezesseis anos.

(___) não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data

(Representante legal da empresa)

ANEXO III

D E C L A R A Ç Ã O – M E E E P P

(em papel timbrado da empresa)

A _____(NOME DA EMPRESA)_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada à _____(endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal (o) a Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____, SSP/____ e do CPF nº _____, abaixo assinado, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE) e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do

39



art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

(Representante legal empresa)

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

- QUALIFICAÇÃO DAS PARTES:**

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
RAZÃO SOCIAL:	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE
ENDEREÇO:	RUA VILA CRISTINA, 589, BAIRRO SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE, CEP 49015-000, TELEFONE 79-3214-3404



CNPJ:	13.083.431/0001-00
REPRESENTANTE LEGAL:	ANDERSON LESSA SIQUEIRA - PRESIDENTE DO CRO/SE.

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CNPJ:	
REPRESENTANTE LEGAL:	

Resolvem celebrar o presente CONTRATO, realizado mediante procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº **02/2016**, observadas as especificações constantes nesse edital, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e legislação pertinente, bem como pelas normas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto **A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO (CONCURSO PÚBLICO) DO CRO/SE – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE**, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital, juntamente com a documentação e das propostas vencedoras do certame, que independentemente de transcrição integram este instrumento, ofertadas pelas empresas que seguem, de acordo com a descrição e preços unitários e totais abaixo:

XX

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 Pela prestação dos serviços ora ajustados, a CONTRATADA reterá os valores arrecadados com as inscrições (taxas) dos candidatos no Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO). O CRO/SE não terá obrigação de pagar qualquer quantia à empresa contratada,



independente do quantitativo de inscritos para o Processo Seletivo (CONCURSO PÚBLICO).

2.2 Seguem abaixo os valores das taxas de inscrição que será pago pelos candidatos interessados em participar do CONCURSO PÚBLICO objeto desse contrato:

A	B	C	D	E
ITEM	CARGO	QUANTIDADE QUE CONSTARÁ NO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO	ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO - R\$
T1	ASSESSOR JURÍDICO	01	SUPERIOR	
T2	ANALISTA CONTÁBIL	01	SUPERIOR	
T3	ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	01	NÍVEL MÉDIO	
T4	ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO	01	NÍVEL MÉDIO	
TOTAL GERAL (T1 + T2 + T3 + T4) R\$				
ATENÇÃO: NOS VALORES OFERTADOS DEVERÃO ESTÁ INCLUSO TODOS OS CUSTOS, IMPOSTOS, TAXAS, ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, TAXA DE EXPEDIÇÃO DE BOLETO BANCÁRIOS E TUDO MAIS QUE ESTIVER RELACIONADO AO OBJETO DESTES CONTRATOS.				

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

3.1. A vigência deste Contrato será **de 04 (quatro) meses contínuos**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços objeto desse contrato deverão ser executados nos moldes previstos no ANEXO – I desse Instrumento Contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO



5.1 – Conforme condições apresentadas na CLÁUSULA SEGUNDA deste CONTRATO, ou seja, o CRO/SE não terá qualquer ônus perante os candidatos e empresa contratada.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE e da CONTRATADA

• DO CONTRATANTE:

- 1) Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à execução do contrato.
- 2) Comunicar previamente à **CONTRATADA**, qualquer modificação ou criação de novas normas e procedimentos a serem observados na execução do serviço objeto desse Contrato.
- 3) Informar à **CONTRATADA**, de forma expressa, com antecedência mínima de 24 horas, o cumprimento de ordens ou determinações, salvo as de caráter emergencial ou por casos fortuitos.
- 4) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa e fiel execução do objeto contratado, bem como permitir o acesso às instalações, quando solicitado pela **CONTRATADA** ou por seus empregados em serviço e que estejam relacionados com a execução deste;
- 5) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta licitação, bem como, aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;
- 6) Comunicar à **CONTRATADA**, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que a mesma adote as providências necessárias para sanar os problemas;
- 7) Formar a Comissão Interna composta por no mínimo **3 (três) Funcionários do CRO/SE** para fiscalização da execução deste Contrato.

• DA CONTRATADA



1. Tomar todas as providências necessárias para a legalização de suas atividades visando a atuação no CRO/SE.
2. Apresentar cronograma com todas as datas referentes às fases do Processo Seletivo, bem como as datas de divulgação dos editais, devendo obedecer ao prazo de execução do CONCURSO PÚBLICO que é de **4 (QUATRO) MESES CONTÍNUOS** e improrrogável;
3. Deverá haver disponibilidade de empregados da **CONTRATADA** para o atendimento a serviços eventuais que possam ocorrer.
4. Responsabilizar-se pelo recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do serviço objeto dessa licitação, isentando o **CONTRATANTE**, inclusive judicialmente, de qualquer responsabilidade quanto a estes;
5. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes ou incidentes que venham a ocorrer durante a execução do contrato, assim como por danos causados por pessoal sob sua responsabilidade ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros, isentando o **CONTRATANTE** de quaisquer reclamações ou indenizações que possam surgir em consequência destes;
6. Empregar na execução do contrato mão-de-obra especializada, com treinamento e experiência profissional comprovada, substituindo prontamente qualquer pessoa cuja permanência na execução dos serviços seja considerada indesejável pelos **CONTRATANTE**, sem ônus para este;
7. Respeitar as normas e procedimentos administrativos adotados pelo **CONTRATANTE**, responsabilizando-se por quaisquer transgressões, de sua parte, e de seus empregados;
8. Responsabilizar-se por quaisquer processos ou ações, judiciais ou administrativas, surgidas em decorrência da execução objeto desse



Contrato, que sejam causados por ação, omissão, imprudência, imperícia ou negligência de seus empregados ou prepostos.

9. Isentar, totalmente, o **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade quanto a danos ou prejuízos que lhes sejam causados, por seus empregados ou por terceiros.

10. Franquear e facilitar ao **CONTRATANTE** ou preposto devidamente credenciado, a fiscalização do serviço objeto desse Contrato fornecendo, quando solicitado, todos os dados relativos a este, que sejam julgados necessários ao bom entendimento e acompanhamento do serviço, sem que tal fiscalização implique em transferência de responsabilidade para o **CONTRATANTE** ou seu preposto.

11. Responsabilizar-se pelos atos culposos e dolosos de seus empregados e prepostos, ressarcindo quaisquer prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, comprovados e comunicados por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a ocorrência. A apuração e comprovação dessa responsabilidade serão feitas por sindicância executada por ambas as partes.

12. Preservar e manter o **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação bem como ação de empresas contratadas ou de quaisquer pessoas vinculadas à **CONTRATADA**;

13. Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

14. Obter, sempre que exigido pelos órgãos competentes da Administração Pública, as licenças necessárias à execução do contrato;

15. Havendo necessidade de pernoite, quando do deslocamento de seus empregados, as despesas com estadia, alimentação, transporte e



quaisquer outras decorrentes da execução do contrato ficarão a cargo da contratada;

16. A CONTRATADA se obriga a credenciar prepostos para representá-la, permanentemente, junto à CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do presente contrato.

17. Emitir relatórios dos procedimentos e serviços realizados;

18. Responsabilizar-se pela não contratação de empregados do CRO/SE para a execução de atividades inerentes ao objeto deste contrato;

19. Apresentar ao CRO/SE no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o encerramento do prazo de inscrição o quantitativo de inscritos por área (CARGO). Exemplo:

CARGO	QUANTIDADE DE INSCRITOS
ASSESSOR JURÍDICO	XXXX
ANALISTA CONTÁBIL	XXXX
ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	XXXX
ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO	XXXX

20. Em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do período de inscrição, a empresa contratada deverá apresentar GARANTIA DE CONTRATO. Essa GARANTIA DE CONTRATO será obtida da seguinte forma:



A	B	C	D	E	F
CARGO	QUANTIDADE DE INSCRITOS	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R\$	VALOR TOTAL ARRECADADO R\$ D = B X C	PERCENTUAL PARA GARANTIA DE CONTRATO	VALOR DA GARANTIA DE CONTRATO F = D X E%
ASSESSOR JURÍDICO	???	???	???	5%	?????
ANALISTA CONTÁBIL	???	???	???	5%	?????
ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	???	???	???	5%	?????
ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO	???	???	???	5%	?????
TOTAL GERAL DA GARANTIA DE CONTRATO QUE DEVERÁ SER PRESTADA PELA EMPRESA CONTRATADA R\$?????

EXEMPLO:

A	B	C	D	E	F
CARGO	QUANTIDADE DE INSCRITOS	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R\$	VALOR TOTAL ARRECADADO R\$ D = B X C	PERCENTUAL PARA GARANTIA DE CONTRATO	VALOR DA GARANTIA DE CONTRATO F = D X E%
ASSESSOR JURÍDICO	1.000	30,00	30.000,00	5%	1.500,00
ANALISTA CONTÁBIL	500	30,00	15.000,00	5%	750,00
ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	1.100	15,00	16.500,00	5%	825,00
ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO	540	15,00	8.100,00	5%	405,00
TOTAL GERAL DA GARANTIA DE CONTRATO QUE DEVERÁ SER PRESTADA PELA EMPRESA CONTRATADA R\$					3.480,00

21.1. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A GARANTIA EM UMA DAS FORMAS LISTADAS NO ARTIGO 56, PARÁGRAFO PRIMEIRO DA LEI 8.666/93, CONFORME TRANSCRIÇÃO ABAIXO:



ART. 56. A CRITÉRIO DA AUTORIDADE COMPETENTE, EM CADA CASO, E DESDE QUE PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PODERÁ SER EXIGIDA PRESTAÇÃO DE GARANTIA NAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS, SERVIÇOS E COMPRAS.

§ 10 CABERÁ AO CONTRATADO OPTAR POR UMA DAS SEGUINTE MODALIDADES DE GARANTIA:

I - CAUÇÃO EM DINHEIRO OU EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, DEVENDO ESTES TER SIDO EMITIDOS SOB A FORMA ESCRITURAL, MEDIANTE REGISTRO EM SISTEMA CENTRALIZADO DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA AUTORIZADO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E AVALIADOS PELOS SEUS VALORES ECONÔMICOS, CONFORME DEFINIDO PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA;

II - SEGURO-GARANTIA;

III - FIANÇA BANCÁRIA.

A. SENDO ESCOLHIDA A OPÇÃO DE SEGURO-GARANTIA, DEVERÁ A SEGURADORA EXPEDIDORA DA APÓLICE POSSUIR REGISTRO NA SUSEP;

B. SENDO ESCOLHIDA A OPÇÃO DE FIANÇA BANCÁRIA, DEVERÁ A INSTITUIÇÃO EXPEDIDORA DA FIANÇA POSSUIR REGISTRO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL;

21.2) O CONTRATANTE (CRO/SE) DEVERÁ DEVOLVER A GARANTIA DE CONTRATO A EMPRESA CONTRATADA EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS O ENCERRAMENTO DE TODOS OS SERVIÇOS PACTUADOS E DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.



22) A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ PUBLICAR SEM QUALQUER ÔNUS PARA CONTRATANTE, COMUNICADOS OU RESUMOS DE TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO, NO ENTANTO, DEVERÁ DISPONIBILIZAR TODO CONTEÚDO DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS NO SEU PRÓPRIO SITE.

21. Cumprir as exigências apresentadas no ANEXO – I do edital que gerou este CONTRATO (**PREGÃO PRESENCIAL – N. 02/2016**).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Pela inexecução parcial ou total do contrato, o CRO/SE poderá garantir a defesa prévia, aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência.

7.3. A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, através da seguinte metodologia:

TOTAL DO NÚMERO DE INSCRITOS EM TODOS OS CARGOS X VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR PARA ASSESSOR JURÍDICO.

7.4. As sanções previstas nesta cláusula somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

7.5. Aplicam-se nos casos omissos as normas da Lei nº. 10.520/02 e da Lei 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa desse processo licitatório correrá por conta da seguinte classificação orçamentária:

VERBA
6.2.2.1.1.01.04.04.004.099

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL



9.1. O contratado responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou prepostos, em razão da omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens do CRO/SE em decorrência do SERVIÇO, incluindo-se, também os danos materiais ou pessoais a terceiros a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. Os preços fixados não poderão receber reajustes em periodicidade inferior a 12 (doze) meses.

10.2. Após 12 (doze) meses de execução contratual, o reajuste será aplicado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

10.3. Caso a legislação altere o prazo de reajuste ou o índice definido no item anterior, será adotado o que for definido pelo Governo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.1. O CRO/SE poderá realizar acréscimos e/ou supressões, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do ARTIGO 65, §§ 1 e 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, com a apresentação das devidas justificativas.

11.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de ARACAJU/SE para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só



feito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

ARACAJU/SE, ____de _____ de 2016.

ANDERSON LESSA SIQUEIRA
PRESIDENTE DO CRO/SE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CONTRATADA
EMPRESA REGISTRADA

TESTEMUNHAS:



ANEXO - V

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, nomeamos o (a) Sr. (Sra.) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, expedida pela SSP do Estado de _____, CPF nº _____, como representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, no Pregão Presencial nº **02/2016**, instaurado pelo CRO/SE, outorgando-lhe poderes para entregar, receber e juntar documentos, assinar atas e termos, tomar deliberações receber ofícios e relatórios, firmar declarações, dar ciência, e, especialmente, ofertar novas propostas através de lances, enfim, praticar todos os atos que se tornem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Local e data

(Representante legal da empresa)



ANEXO – VI

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

D E C L A R A Ç Ã O

A _____(NOME DA EMPRESA)_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada à _____(endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal (o) a Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____, SSP/____ e do CPF nº _____, abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos exigidos para sua habilitação para participar do procedimento licitatório Pregão Presencial – nº **02/2016** do CRO/SE, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e não se enquadra em nenhum dos dispositivos da Lei nº 8.666/93 em função dos quais estaria impedida de licitar ou de contratar com a Administração Pública, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

Local e data

(Representante legal da empresa)

OBSERVAÇÃO : Este documento, também, deverá ser entregue no ato do credenciamento, ou seja, fora dos envelopes.



ANEXO – VII

MODELO DE PROPOSTA

- Ref.: PREGÃO PRESENCIAL – nº **02/2016**

RAZÃO SOCIAL	
CNPJ:	
ENDEREÇO COMPLETO:	
TELEFONE:	
FAX:	
CELULAR:	
E-MAIL:	
NOME COMPLETO DA PESSOA QUE ASSINARÁ O CONTRATO:	
CPF:	
CARTEIRA DE IDENTIDADE:	
DADOS BANCÁRIOS PARA FUTUROS DEPÓSITOS (BANCO, AGÊNCIA, CONTA-CORRENTE)	

SENHORA PREGOEIRA,

APRESENTAMOS PROPOSTA DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL – Nº **02/2016, CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO:**

A	B	C	D	E
ITEM	CARGO	QUANTIDADE QUE CONSTARÁ NO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO	ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO – R\$
T1	ASSESSOR JURÍDICO	01	SUPERIOR	????
T2	ANALISTA CONTÁBIL	01	SUPERIOR	????
T3	ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	01	NÍVEL MÉDIO	????



T4	ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO	01	NÍVEL MÉDIO	
TOTAL GERAL (T1 + T2 + T3 + T4) R\$????
<p>ATENÇÃO: NOS VALORES OFERTADOS DEVERÃO ESTÁ INCLUSO TODOS OS CUSTOS, IMPOSTOS, TAXAS, ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, TAXA DE EXPEDIÇÃO DE BOLETO BANCÁRIOS E TUDO MAIS QUE ESTIVER RELACIONADO AO OBJETO DO PREGÃO EM EPÍGRAFE.</p>				

- Validade da Proposta: XX DIAS (MÍNIMO DE 60 DIAS).
- Declaro ciência e concordância com todos os itens estabelecidos no edital de licitação em epígrafe, inclusive nos ANEXOS que fazem parte do PREGÃO PRESENCIAL – Nº **02/2016**.
- Declaro que nos preços apresentados estão incluídas todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, publicações, emissão de boletos, impressões gráficas, transporte, hospedagem, alimentação, locais para realização das provas e apresentação dos títulos, despesas com fiscais, coordenadores e outros profissionais no decorrer da execução do contrato, seguros, ambiente de Internet (site), despesas diretas e indiretas em geral, uniformes, insumos, materiais e demais condições do objeto da licitação que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, do contrato que será firmado, inclusive lucro. Os preços apresentados são irrealizáveis.

CIDADE/ESTADO, XX DE XXXXXXXXXXXX DE 2016

Assinatura do representante legal.

ATENÇÃO:

- **ESSE MODELO DE PROPOSTA É OBRIGATÓRIO E DEVERÁ SER**



SEGUIDO POR TODAS AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DESSA LICITAÇÃO. LEIA O ITEM 7.12 DO EDITAL. SEGUE TRANSCRIÇÃO:

7.12. A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE UTILIZAR O MODELO DE PROPOSTA CONSTANTE NO ANEXO – VII DESTE EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

- É TERMINANTEMENTE PROIBIDO OFERTAR PREÇO SUPERIOR AOS VALORES MÁXIMOS DIVULGADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO – I);**
- ENTENDE-SE COMO PREÇO MÁXIMO OS UNITÁRIOS E TOTAIS DE CADA ITEM, ENTÃO, QUALQUER EMPRESA QUE VENHA A OFERTAR PREÇO SUPERIOR AOS PREÇOS MÁXIMOS DIVULGADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO – I) SERÁ IMEDIATAMENTE DESCLASSIFICADA, OU SEJA, TODA PROPOSTA SERÁ**



DESCCLASSIFICA, UMA VEZ QUE O CRITÉRIO DE JULGAMENTO É MENOR PREÇO GLOBAL;

- **ATENTAR PARA GARANTIA DE CONTRATO PREVISTA NA CLÁUSULA SEXTA, DA MINUTA DE CONTRATO.**